Ata da 09ª Reunião Ordinária do 4º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada aos quatorze dias mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Os vereadores se reuniram, em sessão ordinária, sob a presidência da Vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini, secretariada pelo vereador Adriano Reinhardt, primeiro secretário. Presente a totalidade dos senhores vereadores. Havendo quórum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul, foi aberta a sessão. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente Ata. **DISCUSSÃO ÚNICA E VOTAÇÃO. Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei do Executivo nº 557 de 2024** - Altera a lei 4.203, de 23 de dezembro de 2019, que institui a estrutura administrativa do poder executivo municipal e dá outras providências. Com a palavra, o vereador Jaírson Sabino. Fez a leitura do parecer da comissão, o qual recomendou a rejeição ao Projeto de Lei do Executivo nº 557 de 2024. E assim como previsto no Art 118 regimento interno, em havendo o parecer contrário em comissão foi passado para discussão e votação do mesmo. E para que o projeto continue em votação na casa é necessário que o parecer da comissão seja rejeitado por maioria simples, em seguida foi colocado em discussão o parecer da comissão que recomendava a rejeição do projeto. Com a palavra a vereadora relatora da comissão, vereadora Carla O. Hofmann. Comentou que o vereador Jaírson Sabino fez a leitura do parecer, e entendendo em análise bastante aprofundada desse projeto, foi verificado a impossibilidade de dar sequência deste projeto, ao ver da relatora há uma aplicação de verniz por parte do Executivo no sentido dos cargos que foram declarados inconstitucional algo que ao ver foi trocado algumas nomenclaturas e voltaram da mesma maneira, pontoou que vários dos cargos, é preciso ver a legalidade, moralidade e eficiência, ressaltou que alguns dos cargos são típicos a serem desenvolvidos por profissionais de carreira, citou que alguns cargos não tem necessidade de ser em comissão, chamou a atenção para alguns cargos que não cabem da maneira que foi colocada, destacou que não vê a necessidade do prosseguimento deste projeto, rememorou que não se trata da rejeição do projeto e sim simplesmente a discussão do parecer da comissão que realizou essa análise em separado e que inclusive divergiu do assessor jurídico da Câmara, que tem sua opinião. Solicitou aos demais vereadores para que fizessem a análise do parecer. Com a palavra a vereadora Terezinha M. Dybas. Comentou que em relação a este parecer, também em relação ao projeto n°557 é uma questão de posicionamento de cada vereador, e de entendimento de cada, pontuou que no ano de 2019 o município enfrentou uma situação muito parecida, onde também foi decidido através de uma ação de inconstitucionalidade pela exclusão de alguns cargos, lembrou que naquele momento o município de São Bento do Sul entendeu que havia a necessidade de manter alguns cargos, cargos esses que estão sendo questionados

agora, lembrou que no ano passado houve novamente uma colocação do Ministério Público, uma ação que determinou pela extinção de 33 cargos, destacou que não porque esses cargos não são necessários para a prefeitura, não é isto, explanou que esses cargos eles podem e são necessários, mas pela forma como foi feito em 2019, o qual não ficou determinadamente claro de que se trata de cargos de confiança, cargos esses de confiança que são secretários de cada pasta, diretores e chefias, explanou que se no descritivo não ficar claro que trata-se de um cargo de confiança ele pode ser sim exercido por uma cargo efetivo, e deve sim ser exercido por um cargo efetivo o qual a pessoa precisa passar por um concurso, e então ingressa em um serviço público, o qual citou não ser o caso nessa situação, lembrou que desde que saiu essa decisão, começou a verificação a respeito disso, o qual foi realizado um estudo baseado na cidade de Jaraguá do Sul, que passou pela mesma situação, frisou que a leitura do parecer também não diz da desnecessidade dos cargos, e sim fala a respeito da forma, evidenciou que neste momento não há criação de novos cargos e sim a manutenção de 27 dos 33, e a não aprovação do mesmo na câmara, muitos trabalhos que estão sendo realizados serão comprometidos, citou como exemplo o grupo de idosos que ficará desassistido, salientou que hoje é um cargo em comissão que atende a todos os grupos de terceira idade, e esses irão ficar desassistidos, clarificou que toda a gestão do SUS irá ficar desassistida, onde não terá uma diretoria que cuide da gestão do SUS, programa Farmácia Viva também irá ficar desassistido pois não terá uma pessoa que estará à frente deste programa, e para o servidor público a gestão de aposentadoria no IPRESBS que hoje é atendido por uma diretoria também irá ficar desassistidos. Comentou que estava analisando o plano de governo da gestão Dr Tirso e Dr Tomazini e 90% dos itens que lá constam estão cumpridos e alguns em andamento, explanou que há a necessidade dos cargos de confiança, por que esses vão trabalhar junto com o prefeito, com os seus diretores e secretários, neste sentido para que esse plano de governo seja colocado em prática, explanou que São Bento do Sul está com mais obras do que alguns anos atrás, lembrou sobre a pavimentação de 168 ruas das quais 98 já estão finalizadas, pontuou que muitas coisas não se vê, não é palpável, como o geoprocessamento, o plano diretor, o diagnóstico, estudo socioambiental, lembrou que o plano diretor cita como pode construir, altura de prédios, situações essas que estavam desde 2006 sem uma revisão, algo que está revisto e pronto e aprovado, algo que foi aprovado ano passado pela Câmara de Vereadores, destacou que as pessoas não precisam ir na prefeitura para fazer, agora é tudo online, se faz a consulta prévia, para aprovar os projetos de construção, isso tudo graças ao georreferenciamento, o diagnostico socioambiental recordou que todas aquelas pessoas que tem problema de religar luz junto a Celesc porque está em uma área de APP, poderá agora o município fazer a própria lei, e não precisa mais seguir a lei federal que diz 30m de distância dos rios, o município terá a sua lei dizendo a distância, ponderou que é algo que não se vê mas que custam tempo e dinheiro, e estão sendo feitas, explanou a situação do raio x em funcionamento, a

questão da licitação das funerárias, que foi lançada e deu tudo certo, a questão do transporte público, que é um problema bastante antigo e que essa administração tinha lançado e teve problema, e na semana passada lançou novamente, lembrou que tem vários problemas para se resolver ainda, recordou sobre o projeto de lei das 16 ruas que estava um financiamento de 13 milhões pendente, porque em 2020 foi feita uma alteração na lei, e por esse motivo a Caixa Federal não aprovou o financiamento, rememorou que no ano de 2021 no primeiro ano de gestão veio a alteração para Câmara de Vereadores a qual foi aprovada, comentou que não foi mudado nenhuma rua que foi da gestão passada, e o financiamento deu certo, e está sendo feito, explanou que este parecer que a comissão deu é desfavorável, recordou que a comissão pode dar a sua opinião, o seu entendimento, e deve ser respeitado, explicou que o departamento jurídico deu seu parecer favorável pela legalidade e pela constitucionalidade, lembrou que a comissão não precisa seguir o parecer jurídico da câmara, expos que agora tem a situação de seguir discutindo o projeto e os vereadores irão ter a oportunidade de aprovar ou reprovar este projeto, lembrou que não é criação de novos cargos é a manutenção daqueles cargos que já foram readequados em 2019, diante disso explicou que a continuidade do serviço público depende disso, solicitou para os colegas vereadores que entendem da necessidade da continuidade da discussão deste projeto para que rejeitem o parecer da comissão e para que o projeto possa continuar a sua tramitação normal. Com a palavra, o vereador Paulo Zwiefka. Citou que esse projeto está dando quase que uma pequena polêmica, pois está sendo bastante discutido e bastante estudado, lembrou que nenhum projeto foi tão estudado pelas comissões, destacou que até na mídia saiu fotos da comissão, algo que nunca tinha saído, e que causa estranheza, o parecer jurídico da casa ser favorável, destacou que o jurídico é uma pessoa competente que foi colocado por essa casa, pelos vereadores que hoje são contra o parecer, citou que quando se fala em politicagem dizem que não é politicagem, mas é visível que o interesse de derrubar esse projeto e travar os trabalhos dessa gestão é enorme e está se utilizando todos os conteúdos que possa ter para ser usado para tentar com que esse projeto não seja aprovado, disse que falar que não precisa de cargos comissionados por causa que tem três ou quatro que não se adaptam bem a função, questionou se vai tirar 25 pessoas competentes porque tem três ou quatro que não apresentam o resultado esperado, lembrou que na câmara tem dez ou doze comissionado, que é uma casa de leis que e não tem obras, e que poderia ser por concurso, mas quando se vê um prefeito realizando um ótimo trabalho e o desespero começa a tomar conta, porque vai ser difícil derrubar o gestor, e tem que se achar algo para atacar, lembrou que esse projeto já passou pela câmara duas vezes e nenhuma delas se criou tanta polêmica igual agora, com mais cargos do que dessa vez. *Com a parte a vereadora Carla O. Hofmann.* Citou a colocação do vereador Paulo Zwiefka sobre a competência do jurídico, algo que a vereadora diz assinar em baixo, lembrou que não obriga a comissão, e nem os vereadores, e se pode fazer a análise

da matéria como foi feito no parecer, reiterou o cuidado que foi feito ao estudo, questionou qual o problema da foto que foi feita, e afirmou que pode sim se tirar uma foto principalmente em uma situação tão grave como essa que se está tratando, lembrou que está se reeditando 27 cargos, que foram extintos por uma decisão judicial e pelo Ministério Público, por isso precisa ter um cuidado maior com esse conteúdo, comentou que se administração pública parar por conta de 27 cargos então estamos em um barco bastante complicado, porque não pode parar uma administração por conta de 27 pessoas. Com a palavra, o vereador Paulo Zwiefka. Acredita que não vai parar administração pública por que tem cerca de 2 mil e poucos servidores públicos trabalhando, mas que atrapalhar vai, lembrou que já foi secretário e já trabalhou com cargos comissionados e sabe da importância que tem, ter pessoas de confiança ao seu lado, e quem passou dentro de uma secretaria, e já trabalhou com cargos comissionados sabe que tem secretarias que é impossível fazer um trabalho que realmente precisa dar resultados sem ter pessoas de confiança, é como em qualquer empresa e não só na prefeitura, citou que se vai buscar contratar alguém em uma empresa privada irá buscar uma pessoa de confiança para ser chefe, lembrou que não é só na prefeitura, e isso também não quer dizer que não tenha servidores públicos que podem ser de confiança também, que podem exercer, citou que tem muitos servidores públicos efetivos que estão exercendo cargos de confiança também, e nesses 27 tem 9 que estão exercendo cargo de confiança. *Com a parte a vereadora Terezinha M. Dybas.* Aclarou que hoje a prefeitura tem mais de 2.600 cargos efetivos, cerca de 124 cargos comissionados e desses 124 cargos comissionados 44 são efetivos. Com a palavra, o vereador Paulo Zwiefka. Citou que esses números eles eram bem piores, e já melhoraram muito, lembrou que já existiu mais de 300 cargos de comissão na prefeitura, algo que já caiu muito mais da metade e está sendo trabalhado sempre para melhorar, e hoje está em um número que é praticamente o necessário, asseverou que é preciso ter cuidado, porque o que se faz hoje pode ter o preço lá na frente, lembrou que hoje a administração pode ser prejudicada por esses 27 cargos só que a próxima que entrar vai pagar esse preço, e talvez pague caro, destacou que é algo que precisa ser pensado com muita inteligência. Com a palavra, o vereador Darlan André Guliani. Endossou as colocações do vereador Paulo Zwiefka, citou que por mais que se pensa que todos os cargos pudessem ser concursados, o vereador notou que pelos bastidores da política que por mais que política deva pensar no bem do todo, ainda há aquele que pensa na visão do seu partido, e isto incluí pensar no quanto pior melhor, porque se almeja e quer a cadeira, lembrou que tem um cargo de confiança que é seu assessor, mas que se alguém pedissem para ele se gostaria de um concursado a resposta seria não, lembrou que fez parte de uma mesa diretora como vice presidente, e havia cargos de pessoas de confiança, o qual não indicou nenhum mas estava na mesa, quais os indicados foram por alguém que compõe a mesa que era da confiança, lembrou que a presidente tem indicados na composição da equipe da casa legislativa que são

pessoas de confiança, rememorou que pessoas que compõe a mesa são pessoas que tem indicados que são pessoas de confiança, assim como quem cuida de sua casa é uma pessoa de confiança, assim como alguém que o auxilia nas suas cirurgias é alguém de confiança, explanou que quando se fala que pode estar havendo politicagem, recordou a colocação da vereadora Terezinha que esse projeto já esteve outras vezes dentro da câmara e passou com muitos mais cargos, e até então não tinham a denominação dos cargos, eram amigos do rei que entravam para cumprir o cargo, citou que uma vez que tem uma denominação e especificação do que esse cargo exige, se pode exigir que lá esteja alguém competente a altura, e se ao ver está acontecendo politicagem, acha que não tem problema nenhum, e ao ver do vereador que é uma observação, é uma opinião , destacou que se juntar os 4 últimos governos antes desse que temos hoje, não chega aos pés do número de obras que está ocorrendo na cidade, onde a cidade estava parada estagnada, relembrou que São Bento do Sul competia com Jaraguá do Sul, e agora Jaraguá está anos luz na frente, não se via obras saindo na cidade, e agora se vê e está fazendo o que, tentando embargar as obras, indagou por causa do que, de interesse partidário, questionou como que fica o todo, evidenciou que a corda arrebenta sempre para o lado mais fraco, destacou que está acontecendo politicagem, frisou respeitar a opinião de qualquer outro colega vereador, mas é essa sua visão. Com a palavra, o vereador Hélio Alves. Citou que o vereador Darlan falou tudo, lembrou que votou contrário ao pedido de informação na sessão passada, e neste pedido irá votar contrário a esse parecer da comissão porque esse projeto está a mais de três semanas, lembrou que poderia ser analisado, destacou que não está dizendo que a comissão é obrigada a aprovar ou reprovar, mas poderia ter analisado antes e feito uma reunião, e explicado os pontos negativos, ressaltou que tem cargos ali que não é favorável, e não são cargos de confiança, citou que tem cargos de servidor de carreira que não aprova, frisou não condenar o trabalho que está sendo realizado na cidade por conta de duas pessoas ou três, clarificou que é mais fácil aprovar esse projeto e depois ter uma conversa com o prefeito para que se analise alguma coisa e faça algo neste sentido, lembrou que se aceitasse esse pedido de informação teria 30 dias para serem respondidos, lembrou que tem até o final do mês para ser resolvido a questão dos cargos, e se não for votado irá se criar um transtorno, salientou votar contrário a este parecer, porque se vê muita estranheza deste projeto desde que entrou nesta casa, porque já foram ameaçando os vereadores só de falar que seria contra ou seria a favor, comentou que não foi só a foto da comissão, passou a foto um dia nas redes sociais do vereador Hélio, Terezinha, Pesenti, Darlan, Paulo, os vereadores que eram favoráveis á 44 cargos, algo que é mentira, destacou que está sendo votado uma adequação de cargos, de 33 para 27 cargos, onde tem 9 que são servidores de carreira, explicou que por esses motivos irá votar contra o parecer. Fez uso da palavra, o vereador Jaírson Sabino. Frisou ser totalmente favorável ao parecer da relatoria, e esses cargos que ora são imprescindíveis, é bem possível que muito em breve, daqui

a pouco irá se ver que cargos imprescindíveis podem estar pedindo saída da exoneração para concorrer em tempo hábil porque tem que se afastar com o tempo necessário para concorrer nas eleições de outubro, cargos esses que são imprescindíveis segundo a defesa dos vereadores que apoiam esse governo, é um direto deles de apoiar esse governo, e é um direito dos vereadores fazer a fiscalização, e de levar em consideração as colocações do Ministério Público que a relatora brilhantemente destacou aqui, lembrou que o governo na sessão passada já mostrou como pretende conduzir as sessões daqui pra frente, onde sessão passada rejeitou dois requerimentos de informação, um deles tendo a ver diretamente com esse projeto, onde precisava de informação para se tomar decisões, e o governo rejeitou, e transparência zero, e a vereadora líder de governo, diz que as informações estão contidas no portal da transparência, e quem desejar que vá lá buscar, questionou não saber o quanto o cidadão contribuinte eleitor tem conhecimento do Portal da Transparência, relembrou que faz jornalismo há cerca de 25 anos, e uma vez ou outra precisa dar uma olhada e não é fácil de navegar naquilo lá, tem que saber trabalhar com aquilo, citou que se o governo não pode responder o que não quer, não responde, lembrou que o que interessa para governo é respondido adiantado, citou que o vereador Adriano fez primeiro a leitura da resposta porque tem que entrar em ordem e depois foi colocado o requerimento de pedido de informação para votar, e quando não querem é 30 dias, final de 30 dias é respondido pela metade, onde tem que fazer um requerimento de complemento de informação porque tem que abrir a boca e puxar com alicate, e quando se tem interesse é respondido adiantado, citou que não é o governo, e não é o prefeito que vai ditar a velocidade dos trabalhos do legislativo, ponderou que se é para o vereador buscar informações no portal da transparência tudo bem, vai ser buscado, citou agora os trabalhos até que se consiga informações pode ser que fique parados, pontuou que o governo tem uma equipe, e cada pasta deve saber ou deveria saber o que está fazendo, por tanto é rápido, comentou que não se manda uma pergunta de secretaria de obras para a saúde, e da saúde para o obras e por ai vai, se manda pra pasta, e supõe-se que aquela determinada pasta saiba o que está fazendo e tenha respostas, mas o governo orientando os vereadores, diz que o vereador que quiser buscar informação, vai buscar no portal da transparência, frisou fazer isso mas até lá o projeto vai ficar pendente, e quando se conseguir as informações para se poder votar, destacou não estar falando só desse projeto e sim também dos próximos, não vai ter requerimento de informação, não vão aprovar, não vão votar, vão rejeitar, citou que vai buscar as informações no portal, e ai quando se conseguir as informações que precisam, dará seguimento, e até lá o projeto vai ficar parado nas comissões, destacou falar por ele, de sua parte até que se consiga as informações que precisa para poder votar com segurança ficará parado, citou que logo após na votação os vereadores estarão levantando para derrubar a colocação que fez a relatora, pedindo pela rejeição do projeto, e isto irá seguir para próxima comissão, e os vereadores irão analisar novamente, onde o vereador vai

pedir novamente informações se não ficar satisfeito com as informações que estão ali, questionou se o governo tiver a mesma tática vai rejeitar e vai se procurar no portal, afirmou que pode demorar um pouco. Com a palavra, o vereador Adriano Reinhardt. Citou que é um projeto polêmico, um projeto muito importante para o município, onde se está apenas acatando ordens do Ministério Público, não é lei dessa casa que está criando, e sim do executivo apenas adaptando a esses 33 cargos apontados pelo ministério público, onde foi colocado nesse projeto de lei 27 cargos, citou que sabe da dificuldade do executivo de administrar, algo complicado, referenciou a fala do vereador Paulo sobre a questão de pessoas de confiança como chefe em empresa privada, citou que não vê que na empresa privada vai colocar uma pessoa da sua confiança e sim ela vai adquirir esse cargo com a sua competência, comentou que vê dentro do executivo que essa pessoa tem que estar com sua competência para estar nessa função adequada, não porque é amigo que tem que colocar ao lado para administrar o município, mas sim pela competência, lembrou que é este projeto que se está sendo analisado, e está fazendo parte desta comissão, junto com a vereadora Carla e vereador Jaírson Sabino, onde está tendo também dificuldade com pedidos de informações que está sendo rejeitado por essa casa, destacou que esse projeto já está no executivo há muito tempo, deixou claro que simplesmente veio agora a toque de caixa em um ano eleitoral, fazendo pressão, declarou que isto já deveria ter virado há muito tempo cargos efetivos, não cargos de confiança como foi colocado alguns pontos, em exemplo a farmácia viva, onde se a farmacêutica sair da cidade o projeto vai parar, vai morrer, rememorou que não foi isso que o procurador colocou para os vereadores, e sim que o projeto não vai parar, frisou que não pode se olhar para pessoas e sim pela competência, organizar o município de uma forma que vem sendo atuado há muito antes, há muitos anos pelo Ministério Público, pelas leis que vem se adequando, citou que o governo não sabia disso 30 dias atrás, mas que já sabia a muito tempo, rememorou que é um ano eleitoral e ninguém vai querer perder 30 cabos eleitorais de maneira nenhuma, rememorou a fala do vereador Darlan onde citou que fez tantas obras, citou que fez sim, e está fazendo, dando sequência em obras de gestões, fazendo várias pavimentações, e falando que governo atrás não fez, não fez porque cinco letras “COVID” e não foi só São Bento do Sul, foi mundial, leis federais que impediram municípios de gastar dinheiro que ficou engessado, pediu para que não julgassem o passado e sim trabalhassem com o presente e com o que temos hoje, referenciou a questão citada por alguns vereadores sobre politicagem algo que tanto estranha que alguns vereadores que estiveram de um lado e simplesmente agora estão do outro lado, questionou o porquê, e a resposta está ai por questões de politicagem, por indicações dentro do executivo, simplesmente isso jogar um trabalho dessa importância na culpa de três vereadores que estão segurando esse projeto aqui dentro, afirmou que não, e sim está se analisando com cautela, e amparando as leis, e será feito valer as leis, destacou que está um feito dificultoso, por alguns pedidos que os vereadores colocam e está sendo rejeitado. Com a palavra, o vereador Luiz

Lindecir Pesenti. Citou que faz 29 anos que trabalha na prefeitura, onde é concursado, e já viu um número bem maior de comissionados lá, e foi feito reforma, mas hoje se vê a situação em que não tem condições de diminuir esse número de pessoas de confiança, porque neste número que tem hoje, cerca de 40 é de pessoas efetivas, que são funcionários de carreira, e com a quantidade de obras que tem no município, sendo realizadas, com certeza que se cortar esses cargos, quem irá pagar é quem está precisando dessas obras que vai sofrer com isso. *Com a parte o vereador Paulo Zwiefka.* Citou que quando o vereador colocou que está se seguindo uma determinação do Ministério Público, o estranho é quando que lá atrás quando era o governo que ele faz parte do partido não seguiu essa determinação, foi na época favorável, referenciou a fala do vereador Jaírson Sabino "que é uma orientação do Ministério Público" e afirmou que ele também votou contrário a essa determinação do Ministério Público na gestão passada em 2019, questionou o porquê para uma gestão vale e pra outra não, comentou que ainda se fala que não tem politicagem, citou sobre a questão de trocar de lado, em que na mesa diretora está a prova que isto acontece, o vereador que era do partido do prefeito também não está mais, então isto faz parte do jogo político, e que hoje pode não se concordar com um determinado partido e gestão, e você se obriga a mudar de lado, então não tem nada demais. *Com a parte a vereadora Terezinha M. Dybas.* Citou que quando se fala que o projeto veio em cima da hora, lembrou que em 2019 o projeto entrou dia 14 de novembro e no dia 9 de dezembro já estava aprovado menos de 30 dias, no dia 23 de dezembro a lei já estava sancionada e publicada no diário oficial, então em menos de 30 dias tramitou o projeto em 2019, destacou que isto são fatos, elucidou que o Regimento Interno ele diz que quando "em relação a fala do vereador sabino" quando as informações estão no Portal da Transparência os vereadores podem e devem retirar essas informações lá, e o executivo não precisa fazer esse trabalho pelos vereadores, destacou que a rejeição foi porque os vereadores podem fazer esse trabalho não necessitando que o executivo faça pelos vereadores, relembrou que o parecer jurídico da câmara que por sinal muito bem elaborado pelo Doutor Tiago ele não vincula a comissão a pensar igual, tanto que se teve uma divergência de pensamentos, explanou que não há problema nenhum nisto, o regimento permite isso, relembrou que quando entrou para política entrou com o pensamento que queria dialogar e queria que fossem trabalhos propositivos, e fossem em favor da cidade tanto que sempre fala que é primeiro os interesses da cidade, depois os interesses dos partidos, e por último os interesses do próprio político, e ouvir do colega de partido que embora pense diferente nos últimos dois anos, que se o executivo não faz isto, ele não irá fazer aquilo, fazer uma barganha, se referindo se o executivo fiz isto então seria votado e não fizer não, frisou que a deixa muito triste isso, destacou que deveria se dialogar e pensar no bem para São Bento do Sul, citou que quando se faz suas falas, procura reconhecer os erros que essa administração tem, e tem muitas coisas pra fazer onde não vai dar conta de fazer tudo, mas está fazendo muitas coisas, e as gestões anteriores também fizeram aquilo que

foi possível anteriormente, lembrou que quando o vereador Adriano fala que teve COVID teve sim, no último ano da gestão passada foi um ano de COVID, e no primeiro ano dessa administração também foi um ano de COVID, relembrou que no primeiro ano dessa administração a vereadora Carla fazia parte do comitê de crise da COVID na condição de presidente da casa, e o ano todo ficou se tratando a respeito de COVID, pouco pode se trabalhar, tanto na câmara de vereadores e na prefeitura, citou que as sessões eram de forma virtual, para começo de história, destacou que o não poder trabalhar seria no último ano da gestão, assim como foi também no primeiro ano dessa gestão, considerou que precisa se ter o cuidado e reconhecer o que outras administrações fizeram, mas para reconhecer o que essa está fazendo e saber que muito mais coisas ainda precisam ser feito, referiu que vincular a votação ou a demora na tramitação de um projeto porque o executivo não respondeu porque o nosso próprio regimento diz que quando as informações estão no portal de transparência, não há necessidade de que o executivo faça o trabalho pelos vereadores, vincular isto lhe deixa triste, reiterou o pedido para que seja rejeitado o parecer. Com a palavra a presidente Zuleica M. S. Voltolini. Citou que o projeto demorou a chegar na Câmara de Vereadores e que todos sabiam que até o final de março tinha que estar tudo resolvido, esclareceu que como presidente a partir do momento que o executivo esteve na câmara conversando com os vereadores, cobrou desde esse dia da secretaria todos os dias, e afirmou que o projeto demorou para chegar, deixou claro que a como presidente deixa livre para que qualquer comissão possa sentar e estudar com responsabilidade, frisou que todos tem o seu momento, e relatou que essa comissão pediu esse tempo de estudar e analisar porque é uma decisão complexa que envolve muitos cargos e envolve o andamento da cidade, justificou que todas as comissões tem esse momento e que podem sair na foto da câmara de vereadores, destacou que todos tem essa abertura, e que não é do perfil da presidente ficar cobrando das comissões, pois cada um sabe de suas responsabilidades, e que confia em cada um que estão presente. A presidente então colocou votação o parecer. Havendo a maioria dos votos contra o parecer dos vereadores Hélio Alves, Luiz Lindecir Pesenti, Terezinha M. Dybas, Darlan A. Guliani, Paulo Zwiefka, Karen Lili Fechner. O parecer da comissão foi rejeitado pelo plenário por maioria simples de votação. Sendo assim o projeto dará continuidade e será encaminhado às demais comissões para análise e também o parecer. **MATÉRIAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. Projeto de Lei do Executivo nº 555 de 2024** - Autor: Executivo Municipal - Institui a rota turística caminho da Santa Catarina no município de São Bento do Sul e dá outras providências. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Relembrou que em primeira discussão por iniciativa do suplente de vereador Patrick que substituiu o vereador Darlan na câmara por um período e colocou um projeto criando em São Bento do Sul uma lei para trazer incentivos ao turismo rural e religioso, lembrou que daquela lei vários frutos estão sendo gerados, “Mostrou em telão de algumas fotos deste caminho de Santa Catarina” citou o quanto de beleza

São Bento do Sul tem e o quanto São Bento do Sul vai poder se destacar no cenário turístico com mais oportunidades que é o caminho da Santa Catarina, onde esse caminho está sendo indicado por uma flor da Santa Catarina, e por uma seta amarela, rememorou que São Bento do Sul já teve o primeiro grupo fazendo a caminhada. Solicitou para que os demais vereadores aprovem este projeto porque já existe a continuidade deste caminho desde Rio Natal até Corupá no seminário, e depois irá se estender para outras cidades. E não havendo demais manifestações foi aprovado. **Projeto de Lei do Executivo nº 558 de 2024** - Autor: Executivo Municipal - Altera a Lei nº 4.724, de 06 de fevereiro de 2023, que autoriza o poder executivo municipal a firmar termo de compromisso para fins de desapropriação amigável de imóvel e aquisição. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Citou que essa permuta foi feita entre a empresa Alpa Sul e o município de São Bento do Sul, e o cartório de registro de imóveis na sua carta de exigência colocou que havia necessidade de colocar na lei além da metragem também o percentual que cada ente iria ficar de cada matricula, destacou que é essa alteração que está sendo incluída, e que é um complemento de informação para que as escrituras da permuta possa ser efetivada, lembrou que o motivo dessa permuta é para que possa dar continuidade na Avenida Gustavo Eichendorf, comentou que se não fosse feito essa permuta a empresa iria construir e acabar impossibilitando de dar a continuidade naquele espaço em uma futura via de ligação com outro bairro. E não havendo demais manifestações foi aprovado. **Projeto de Lei do Executivo nº 559 de 2024** - Autor: Executivo Municipal - Altera a Lei nº 4.597, de 15 de junho de 2022, que dispõe sobre a bonificação por resultado das auxiliares de serviços que atuam nas cozinhas das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Citou que essa indicação nasceu de uma conversa entre ela e o vereador Hélio Alves, contou que ano de 2022 através da lei 4597 de julho de 2022. O executivo passou a bonificar as cozinheiras que são auxiliares de serviços que trabalham nas escolas, mas que fazem um serviço especifico que é de cuidar da alimentação de todos os onze mil alunos, destacou que desde então as cozinheiras passaram a receber uma bonificação nos seus salários e durante um período de 90 dias elas precisam cumprir vários requisitos, como assiduidade de condições de trabalhos e demais requisitos que constam na lei, lembrou que desta conversa que teve com o vereador Hélio e foi uma iniciativa dele foi de dizer assim que muitas pessoas que trabalham nessa área da alimentação escolar acabam cumprindo os requisitos durante 80, 85 dias e as vezes acabam por algum motivos precisam faltar e acabam perdendo a bonificação, lembrou que foi feito ano passado a indicação ao executivo que foi acatada e agora vem em proposta de lei para que então as auxiliares passem a receber a bonificação que será feito a avaliação mensal mas o pagamento será trimestral asseverou que o valor continuará sendo o mesmo mas será em um período mais curto de avaliação. **Projeto de Lei do Legislativo nº 113 de 2024** - Autora: Carla Odete Hofmann - Registra como patrimônio cultural e imaterial do

município o “Tiro Desportivo” e a “Sociedade Atiradores 23 de Setembro”. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Citou que a ideia deste projeto é para que faça com que o município de São Bento do Sul possa tornar patrimônio imaterial tanto o tiro desportivo, quanto a sociedade atiradores 23 de setembro, citou que tem um problema em relação ao governo federal hoje que é justamente o tratamento dado a determinadas temáticas, como se o Brasil fosse igual em todos os seus recantos, rememorou que há problemas de segurança pública em vários locais, onde também há cidades mais perigosas e menos perigosas, mas ao legislar através de resolução a partir de uma visão geral de Brasil, o governo atinge sem saber situações que são de extrema importância para uma comunidade como a de São Bento do Sul, citou que o tiro desportivo não aconteceu a partir de ontem, ele é ligado ao desenvolvimento, a cultura do crescimento, e se perpetuam através das mais várias gerações, algo que é praticado em família, famílias que fazem a pratica desta atividade, citou que não é porque se tem padrões em algumas cidades de violência que teremos que desconhecer a importância que essa atividade tem para uma cidade como São Bento do Sul, destacou que ela é cultural, e traz as digitais das pessoas que aqui chegaram e desbravaram essa terra, as pessoas que aqui construíram as suas famílias, e trouxeram um pouco da saudade do seu pais natal para poder relembrar determinados fatos no município de São Bento do Sul, destacou que a ideia é registrar como patrimônio cultural e imaterial para que não possa ser afetado por uma lei nacional ou estadual, visando a exemplo a proibição de tiro em determinados instantes, ressaltou que a sociedade 23 de Setembro ela é historicamente a primeira a ser lembrada, comentou que a tiro seta é três vezes campeã dos jogos abertos em Santa Catarina, asseverou que com a aprovação deste projeto legislativo se trabalha com a ideia de registrar como patrimônio cultural e imaterial o tiro desportivo e todas as variações que são praticadas da modalidade na sociedade 23 de setembro, e também a própria sociedade atiradores 23 de setembro estabelecidas na rua Rodolfo Klaumann, cujo direito de funcionamento em sua sede histórica estabelecida passa a ser protegida por lei municipal, evitando assim que essa tradição tão importante para o município e que se configura como parte da nossa cultura e da história possam ter a proteção da lei municipal, e o reconhecimento que essa atividade para todas as pessoas do município é extremamente importante, reforçou que o reconhecimento desta casa de leis, vai fazer com que tenha a proteção da lei municipal e dê um recado também para o governo federal, de dizer que aqui é uma comunidade ordeira e se respeita as leis, e ao mesmo tempo pode se fazer o exercício de uma atividade como é o tiro desportivo de maneira ordeira organizada e simbólica, cultural. Fez uso da palavra, o vereador Jaírson Sabino. Parabenizou a vereadora Carla pela propositura do projeto, onde foi muito feliz nessa proposição como patrimônio cultural e imaterial, citou a fala de um certo ministro do passado para ficar “imiscível” para que não venha um “noiado” qualquer de governo federal que não são poucos, para ficar mexendo e alterando, ainda mais quando se fala em tiro, e até explicar para umas figuras que o tiro seta se

trata de tiro de ar comprimido, explanou que pode ser que haja alguma dificuldade em explicar isso, comentou que já se fala de outras situações tradicionais, que já tiveram um peso maior, mais gente participando, citou sobre a olimpíadas que tem participações das empresas e dos clubes, e a participação de famílias inteiras, citou sobre um vídeo que está circulando de uma determinada banda onde no início era só a participação masculina, e de repente convidaram as esposas, filhas, daqueles que já participaram, onde melhorou, abrilhantou, somou de uma maneira significativa, questionou o porquê as mulheres não poderiam participar, se é uma tradição lado começo só para os homens e não era só de tiro, era de canto, questionou o porquê as vozes graves dos homens não colocar também as vozes agudas das mulheres algo que só melhorou, citou que não é só a questão das vozes do coral mas também fortaleceu a família, porque nos velhos tempos as mulheres não tinham nenhuma opção de lazer, talvez uma saída eventual para missa, e de repente começou a participar das cantorias do coral, algo que mudou a vida de muita gente e até algo que melhorou o casamento de muita gente, citou que aqui não é diferente, a atividade é outra mas logo já tem uma competição municipal, e daí podemos sair e ir para competição no estado, além disso fortalece os laços familiares muito mais que eventuais medalhas, que também são bem vindas, mas também fortalecer os laços de amizade entre famílias, e além do esporte vemos o aspecto de fortalecer esses laços. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Destacou que toda história e toda tradição, de todo o Tiro Esportivo credenciam sim para que ele seja declarado um patrimônio cultural e imaterial, lembrou que no início dos anos 2000 o clube de tiro Seta Dourada foi fundado e a vereadora fez parte da criação, rememorou sobre o dia em que fez 60 pontos, a emoção que foi fazer 60 pontos, citou que a vereadora Carla também foi atiradora durante um período no clube 8 de Março, frisou que de fato como citado pelo vereador Jaírson Sabino as pessoas ficam na expectativas para ir treinar, atirar, e depois participar das competições, lembrou que ela foi a pessoa que protagonizou um incidente que depois trouxe mais segurança ao tiro esportivo no que diz respeito ao Seta Dourada, então desde daquele episódio buscou-se mais condições de segurança e mecanismos foram criados para que ele não fosse a retiradas das setas mais manual, deixou seus respectivos respeitos a todos os atiradores, pelo treino que sempre fazem, pelas competições, que acontecem de uma forma muito ordeira, e muito familiar, lembrou também que o tiro pode ser sim um ato de turismo para a cidade, quando vem outras equipes para treinar, competir, parabenizou a vereadora Carla pela propositura. Fez uso da palavra, o vereador Darlan A. Guliani. Felicitou a vereadora Carla pela iniciativa, comentou que um povo se firma dentro da sua cultura, das suas tradições, e dentro de todos os conjuntos e manifestações populares que ele carrega ao longo de toda a história, principalmente aquele baseado em sua ancestralidade, declarou que é uma pena o governo federal ver com olhos negativos, clarificou que falta a ensinar a lei do amor para aqueles que usam de maneira inadequada, e com fins não apropriados as armas, quando invadem

o direito e a integridade dos cidadãos que pagam os impostos, destacou achar justo que possa preservar e lutar e perpetuar o que é de cultura, e fazer isso com intuito de trazer pessoas para a cidade e movimentar o comercio local, e divulgar também a cultura local cada vez mais, e de modo que possa se tornar um ponto de lucro, como tem tantas outras festas Brasil a fora, reiterou suas felicitações e afirmou ser favorável ao projeto. E não havendo demais manifestações foi aprovado. **MATÉRIAS EM PRIMEIRA DISCUSSÃO. Projeto de Lei do Executivo nº 562 de 2024** - Autor: Executivo Municipal - Revoga a Lei nº 4.343 de 17 de dezembro de 2020, que autorizou a concessão de outorga onerosa. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Citou que essa lei revoga o direito de construir em relação ao imóvel matriculado sob n°8528 no cartório de registro de imóveis de São Bento do Sul, que é um imóvel de propriedade da empresa Atrativa Construtora e Incorporadora, onde a empresa manifestou a desistência da execução do projeto que já tinha sido aprovada pelo Departamento de Urbanismo, desde modo essa lei já não há mais a necessidade de sua existência. Solicitou que em segunda discussão pela aprovação desta lei, lembrou que a lei diz ainda que o município fica autorizado a restituir o pagamento da outorga onerosa, porque a empresa não irá mais construir aquilo que havia sido pedido e aprovado pelo departamento Urbanístico do Município. E não havendo demais manifestações o referido projeto passará por uma segunda discussão. **Projeto de Lei do Executivo nº 563 de 2024** - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo Municipal anular e suplementar dotações orçamentárias do orçamento 2024 e dá outras providências. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Citou que a finalidade deste projeto é a aquisição de uma escavadeira para a Secretaria de Obras, lembrou que é uma adequação de valores entre contas, apenas para que seja possível a aquisição dessa escavadeira, destacou que esses recursos são através do programa recupera Santa Catarina. E não havendo demais manifestações o referido projeto passará por uma segunda discussão em sessão futura. **Projeto de Lei do Executivo nº 564 de 2024** - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo Municipal a reajustar a contribuição mensal com a Confederação Nacional dos Municípios – CNM e dá outras providências. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Rememorou que São Bento do Sul se filiou a Confederação Nacional dos Municípios através da lei n°4072 do dia 3 de junho 2019. Citou que desde então a contribuição em compartilhar informações e orientações pela Confederação Nacional dos Municípios para São Bento do Sul tem sido importante de forma que o executivo entende necessária a continuidade a filiação a esta Confederação, destacou que a forma de cobrança ela é relacionada à faixa populacional das cidades, e São Bento do Sul ela então cai na faixa dos 81.500 habitantes até 91.600 habitantes. Solicitou a aprovação dos demais vereadores em segunda discussão. **Projeto de Lei do Executivo nº 565 de 2024** - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir crédito especial e dá outras providências. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Citou que esse projeto trata de mais um benefício que o governo

Federal passou para o município de São Bento do Sul e para todos os municípios em virtude da pandemia do COVID-19 com o objetivo de destinar recursos para execução de ações emergenciais no setor cultural e a Fundação Cultural necessita fazer uma adequação de valores em contas para que possa dar continuidade aos trabalhos realizados pela Fundação no que diz respeito a todos os eventos culturais da cidade, lei essa que ficou conhecida como Paulo Gustavo, e a iniciativa deste caso é especialmente voltada para o setor audiovisual, lembrou que São Bento do Sul além do inglês nas escolas tem o alemão também, e agora tem a iniciativa de levar para escolas municipais de educação infantil um projeto que envolve Violino e Violoncelo. Solicitou a aprovação em segunda discussão deste projeto. E não havendo demais manifestações o referido projeto passará por uma segunda discussão em sessão futura. E não havendo mais nada a ser tratado a sra. Presidente agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 18 de março de 2024 as 19:00 horas e encerrou, mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 14 de março de 2024.

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI
Presidente

HÉLIO ALVES
Vice-Presidente

ADRIANO REINHARDT
Primeiro - Secretário

JAIRSON SABINO
Segundo - Secretário

CARLA ODETE HOFMANN

DARLAN ANDRÉ GULIANI

KAREN LILI FECHNER

LUIZ LINDECIR PESENTI

PAULO ZWIEFKA **TEREZINHA MARIA DYBAS**